

Crescimento da arrecadação indica possibilidade de recomposição significativa dos salários

Arrecadação cresceu 12,77% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período de 2023

Salários e Inflação

Você encontrará na Tabela 1 os dados relativos à inflação, ao salário real e aos reajustes necessários para restaurar o poder de compra a partir de 1º de maio de 2012, referentes ao mês de abril de 2024. A abreviatura “SR” representa a relação do poder de compra do salário recebido em abril de 2024 em relação ao de maio de 2012, data acordada pelo Fórum das Seis como referência por ser o pico de poder de compra deste século.

O reajuste de 17,31%, destacado na quarta coluna da Tabela 1, é uma das demandas da nossa negociação salarial, que também engloba alterações nos interstícios de progressão na carreira para aumentar os salários nos níveis iniciais. A última linha da Tabela 1 fornece a quantidade de salários que deixamos de receber entre maio de 2012 e abril de 2024 (incluindo os décimos terceiros), com o mesmo poder de compra que tínhamos em 1º de maio de 2012.

O gráfico ao lado ilustra a nossa perda salarial, atualizando o boletim de 03/24 e o Gráfico 1 na página 15 da cartilha “Financiamento das universidades estaduais e data-base 2022”.

Na negociação salarial deste ano reivindicamos para já a inflação do ano (3,23% segundo o INPC) mais metade das recuperações das perdas desde maio de 2012 e o restante das perdas em data a ser definida no segundo semestre:

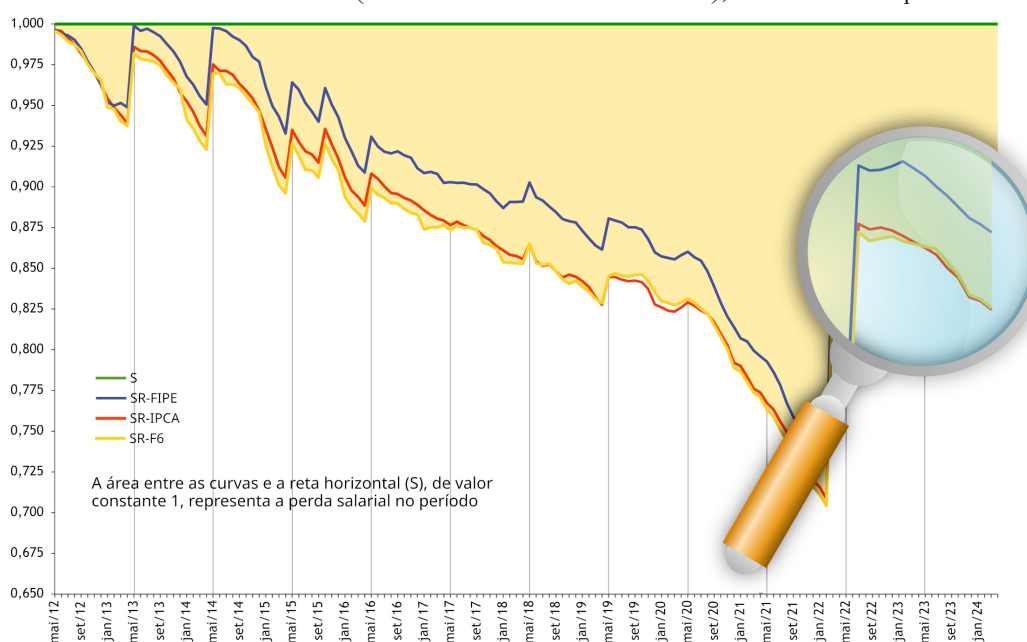
$$1,0323 \times \sqrt{\frac{1,1731}{1,0323}} = 1,0323 \times 1,0660 = 1,1005$$

Ou seja, reivindicamos 10,05% de reajuste já e o restante, 6,60%, a ser negociado no segundo semestre.

Tabela 1 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

	IPCA (abril/24)	IPC-FIPE (abril/24)	Fórum das Seis* (abril/24)
Índice	0,38%	0,33%	0,37%
SR	85,17%	88,00%	85,24%
Reajuste	17,41%	13,63%	17,31%
Salários não pagos	19,6	16,1	20,2

* ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data



O comprometimento com folha de pagamento

A planilha Cruesp de abril/24 fornece as informações do comprometimento acumulado com folha de pagamento.

O crescimento do comprometimento no mês de janeiro/24 foi causado pelo desconto da diferença negativa em relação ao fechamento de dezembro/23 e pela estimativa subestimada pela secretaria da fazenda para o mês de janeiro. Podemos observar uma queda significativa no mês de fevereiro. Como antecipamos, o comprometimento de fevereiro a abril seguiu tendência de declínio.

Conforme a economia está crescendo, o comprometimento acumulado deve continuar caindo. O contraste entre o comprometimento acumulado e o comprometimento do mês indica isso (Tabela 3):

Para minimizar esses desvios podemos avaliar a média móvel do comprometimento com folha de pagamento em 12 meses. Os valores da média móvel de abril pode ser conferido na tabela 4.

Cabe lembrar que o comprometimento da UNICAMP e da USP são sistematicamente superestimados porque, diferentemente da UNESP, elas consideram indevidamente os auxílios (vales alimentação, refeição e, no caso da USP, também o auxílio saúde) para o cálculo. Os vales alimentação e refeição somados correspondem em média a 6% e 7% da folha de pagamento da Unicamp e da USP, respectivamente.

Tabela 2 - Comprometimento acumulado com pessoal de 2024

	UNESP	UNICAMP	USP	Total
janeiro	101,16%	103,64%	100,41%	101,34%
fevereiro	94,58%	98,07%	89,29%	92,60%
março	92,04%	94,92%	86,07%	89,56%
abril	90,95%	93,83%	84,84%	88,40%

Tabela 3 - Comprometimento do mês de abril/24

UNESP	UNICAMP	USP	Total
87,87%	90,75%	81,35%	85,10%

Tabela 4 - Média móvel do comprometimento dos últimos 12 meses

UNESP	UNICAMP	USP	Total
86,66%	91,80%	85,19%	87,07%

Base de Cálculo e descontos indevidos nos repasses às universidades

Na cartilha *Financiamento das Universidades Estaduais e Data Base 2022*, é explicado que o percentual de 9,57% relativo ao ICMS-QPE não incide sobre o montante total, mas sim sobre um valor que já sofreu consideráveis deduções, incluindo aquelas destinadas a programas de habitação e partes da dívida ativa, entre outros. Essa distinção significa que as universidades não recebem do governo estadual o mesmo tratamento dado aos municípios. Consequentemente, a partir de agora, referiremos a essa quantia sobre a qual o repasse de 9,57% para as universidades é calculado como a “Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP)”. É importante enfatizar que temos há muito tempo pleiteado a cessação desses descontos indevidos.

A planilha da Sefaz, atualizada em 13/5/24, fornece as seguintes informações:

1. A BCEP em abril/2024 foi de R\$13.613.503.509,25, 16,07% maior do que em abril/2023 (R\$11.728.902.021,35).
2. Os valores que são usual e indevidamente omitidos da BCEP atingiram, em abril/2024, R\$270.710.668,59. Assim, em abril de 2024, as universidades estaduais deixaram de receber: $270,71 \times 0,0957 = \text{R\$ } 25,91$ milhões.
3. A partir do segundo semestre de 2022 até abril de 2023, devido à LC 194 e à EC 123 (ambas de 2022), outras quantias significativas foram retiradas da BCEP: ressarcimentos por perda de arrecadação de ICMS devidos à Ação Cível Originária (ACO) 3.950 e a aplicação do inciso V, artigo 5º da EC 123/22. **Registre-se que os municípios receberam a sua parte.**

Entre agosto de 2022 e abril de 2023, foram subtraídos da BCEP $5.595.271.000$ (AC03950) + $1.438.481.101$ (EC123) = $7.033.952.101$, isto é, **R\$ 7,034 bilhões!**

Com isso, as universidades deixaram de receber: $0,0957 \times 7.033,95 = \text{R\$ } 673,15$ milhões.

Para mais detalhes, consulte o boletim do GT Verbas de junho de 2023 em <https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2023/07/bolgtverbas202306.pdf>.